

A busca pelo desenvolvimento humano na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

The quest for human development from the perspective of Food and Nutritional Security

La búsqueda del desarrollo humano desde la perspectiva de la seguridad alimentaria y nutricional

Recebido: 13/07/2021 | Revisado: 19/07/2021 | Aceito: 20/07/2021 | Publicado: 28/07/2021

Simone Cesario Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4219-5729>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: ccsimone@hotmail.com

Marli Renate Von Borstel Roesler

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5474-7877>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: marliroesler@hotmail.com

Clério Plein

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7235-9771>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: cleriolein@gmail.com

Resumo

A sociedade atual precisa criar mecanismos de desenvolvimento global baseado no respeito à natureza, aos direitos humanos universais, por mais justiça econômica. A sustentabilidade vista a partir da conformidade entre a humanidade e a natureza, relacionando ao impacto das atividades econômicas no meio ambiente. Pensar a sustentabilidade é pensar em uma sociedade mais equitativa e igualitária. Desta forma a busca pelo desenvolvimento perpassa pelo aspecto da dignidade humana, naquilo que é essencial ao homem, à alimentação, a partir do direito de escolhas alimentícias mais saudáveis, bem como modos de vida mais dignos. Assim este artigo buscou compreender as várias dimensões do conceito de desenvolvimento, a partir da Segurança Alimentar e Nutricional, considerando que apesar de o Brasil ser um dos grandes produtores alimentícios mundiais, o acesso ao alimento saudável nem sempre é uma realidade. Para tanto foram utilizados dados de fontes bibliográficas, como artigos científicos, discussões acerca da temática, dados de órgãos de pesquisa como: IBGE, FAO e DIEESE entre outros. Desta forma pode-se perceber que uma das barreiras para se acessar alimentos principalmente alimentos saudáveis é o fator econômico, na medida em que muitas famílias não tem um rendimento mínimo, por fatores como desemprego ou inflacionários.

Palavras-chave: Segurança-alimentar; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Juventude.

Abstract

Today's society needs to create global development mechanisms based on respect for nature, for universal human rights, for more economic justice. Sustainability is seen from the point of view of conformity between humanity and nature, relating the impact of economic activities on the environment. To think of sustainability is to think of a more equitable and egalitarian society. In this way the search for development goes through the aspect of human dignity, in that which is essential to man, food, from the right to healthier food choices, as well as more dignified lifestyles. Thus, this article sought to understand the various dimensions of the concept of development, based on Food and Nutrition Security, considering that despite Brazil being one of the world's largest food producers, access to healthy food is not always a reality. To this end, data from bibliographic sources were used, such as scientific articles, discussions about the theme, data from research agencies such as IBGE, FAO, and DIEESE, among others. In this way it can be seen that one of the barriers to accessing food, especially healthy food, is the economic factor, as many families do not have a minimum income, due to factors such as unemployment or inflation.

Keywords: Food Security; Development; Sustainability; Youth.

Resumen

La sociedad actual necesita crear mecanismos de desarrollo global basados en el respeto a la naturaleza, los derechos humanos universales, para una mayor justicia económica. La sostenibilidad se ve desde la conformidad entre la humanidad y la naturaleza, relacionando el impacto de las actividades económicas en el medio ambiente. Pensar en la sostenibilidad es pensar en una sociedad más equitativa e igualitaria. Así, la búsqueda del desarrollo pasa por el aspecto de la dignidad humana, en lo que es esencial para el hombre, la alimentación, a partir del derecho a opciones alimentarias más saludables, así como a estilos de vida más dignos. Así, este artículo buscó comprender las diversas dimensiones del concepto de desarrollo, a partir de la Seguridad Alimentaria y Nutricional, considerando que a pesar de que Brasil es uno de los mayores productores de alimentos del mundo, el acceso a una alimentación saludable no

siempre es una realidad. Para ello, se utilizaron datos de fuentes bibliográficas, como artículos científicos, discusiones sobre el tema, datos de organismos de investigación como: IBGE, FAO y DIEESE entre otros. Así, se observa que una de las barreras para acceder a la alimentación, especialmente a la saludable, es el factor económico, en la medida en que muchas familias no disponen de unos ingresos mínimos, debido a factores como el desempleo o los factores inflacionistas.

Palavras clave: Seguridad alimentaria; Desarrollo; Sostenibilidad; Juventud.

1. Introdução

A busca pelo desenvolvimento humano passa por vários aspectos sejam eles educacionais, saneamento básico, moradia, mobilidade urbana e alimentar, entre outros que assegurem a qualidade de vida das pessoas.

Nesta perspectiva a segurança alimentar nos conduz a uma série de processos reflexivos, pois, embora reconhecido constitucionalmente, na prática muitas vezes, esse direito é negligenciado. Muitos são os fatores que levam a insegurança alimentar, fatores de ordem econômica, hábitos alimentares equivocados, a aplicação de políticas públicas desconexas e em muitas situações equivocadas ou negligentes.

Ao tratar da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), temos que considerar o acesso ao alimento, bem como a garantia da qualidade alimentar seja ela biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos mesmos (Brasil, 2006).

Desta forma o trabalho buscou compreender os vários âmbitos que interferem no acesso ao alimento saudável e seguro, que considere o respeito aos hábitos alimentares considerando fatores culturais, bem como características de cada indivíduo tais como: sexo, idade, preferências pessoais, características fisiológicas dentre outras.

O trabalho foi realizado a partir da utilização de dados de fontes bibliográficas, como artigos científicos, discussões acerca da temática, dados de órgãos de pesquisa como: IBGE, FAO, DIEESE entre outros.

2. Metodologia

Assim este artigo buscou compreender as várias dimensões do conceito de desenvolvimento, a partir da Segurança Alimentar e Nutricional, considerando que o Brasil é um dos grandes produtores alimentícios mundiais, no entanto isso não representa segurança alimentara sua população. Para tanto foram utilizados de dados de fontes bibliográficas, como artigos científicos, discussões acerca da temática, dados de órgãos de pesquisa governamentais e não governamentais tais como: IBGE, FAO e DIEESE entre outros. Foram consultadas publicações de autores reconhecidos na área de segurança alimentar, como José Baccarin e José Graziano,

O estudo se caracteriza como quali-quantitativo, pois, utiliza de observações qualitativas ao estruturar as observações e discussões sobre a temática e quantitativo ao abordar os números e seus indicativos a respeito da temática, conforme referencial na metodologia adotada Volpato (2007; 2019), Koche (2011) e Pereira et al. (2018).

3. Resultados e Discussão

3.1 O Desenvolvimento Sustentável na perspectiva da Segurança Alimentar

Ao tratar do direito a alimentação humana, através do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), podemos detectar diversos problemas como, por exemplo: a falta de acesso ao alimento, geralmente causado por aspectos econômicos, levando a fome, a alimentação inadequada, causando a obesidade, ou outras doenças associadas à má alimentação. Além da própria estrutura de produção alimentícia, que se dá num âmbito predatório, ou seja, explora, esgota o meio ambiente. Não podemos deixar de considerar a imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (Brasil, 2007).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta em seu relatório para o aumento da fome, contrapõe as observações que, no mundo, ao mesmo tempo a obesidade se estabelece, principalmente entre crianças em idade escolar, ou seja, temos um cenário evidente de desigualdade social, que ligada à má alimentação ou alimentação desbalanceada nutricionalmente, leva a uma nutrição inadequada (FAO, 2019).

Segundo Bueno, vivemos no Brasil um momento de transição nutricional, conforme argumenta: “A população brasileira encontra-se num momento de transição do ponto de vista demográfico, social, epidemiológico e nutricional em dois extremos da má nutrição: desnutrição pela carência e obesidade pelo excesso, que compartilham o mesmo cenário” (Bueno, 2019, p. 10).

Onde cada vez mais a população tanto brasileira quanto de outros países tem inserido na alimentação diária, alimentos processados/ultraprocessados. Os alimentos processados podem ser definidos, como aqueles fabricados pela indústria, com a adição de sal, açúcar, amido e proteínas. Já os alimentos ultraprocessados podem ser definidos como formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido e proteínas) derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) sintetizadas em laboratório (Brasil, 2014).

E para que esse desenvolvimento ocorra de fato à sustentabilidade é fator de grande importância, respeitando a capacidade da natureza de regenerar-se é ter equilíbrio entre o desenvolvimento humano e o meio-ambiente. A busca pelo desenvolvimento sustentável, segundo Gregolin: “(...) promove o crescimento econômico, confere responsabilidade socioambiental valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, promove a inclusão social e à garantia dos direitos humanos, objetivando uma sociedade mais justa, equitativa e saudável em todos os seus aspectos” (Gregolin et al., 2018, p. 12).

A vulnerabilidade social é ainda uma das causas mais evidentes da insegurança alimentar, como afirma Sachs:

A distribuição cada vez mais desigual dos frutos dos progressos tecnológico e econômico resulta da má organização social e política, não da escassez de bens. Aponta para a responsabilidade do poder político, incapaz de assegurar o uso judicioso do poder tecnológico (Ruffolo, 1988). Estamos aqui no cerne da noção de mal desenvolvimento (Sachs, 1995, p. 31).

O sistema capitalista defende a busca pela capacidade de produzir mais e melhor, não pode ser considerado pura e simplesmente progresso, na medida em que causa exclusão e fome, conforme cita Dupas:

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (Dupas, 2007, p. 73).

Dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2021) apontam para um aumento da desigualdade social para um nível recorde enquanto que renda do trabalho. A desigualdade medida pelo índice de Gini apontou um crescimento de 0,674 em comparação ao ano anterior que era de 0,642 no primeiro trimestre. A renda média *per capita* reduziu pela primeira vez abaixo de mil reais mensais, com o valor de R\$ 995 nos três primeiros meses de 2021. Este dado representa uma queda de 11,3% ante um ano antes, quando estava em R\$ 1.122 (FGV, 2021).

Segundo dados divulgados pelo IBGE (2021), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,2% no 1º trimestre de 2021, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, o PIB totalizou R\$ 2,048 trilhões (IBGE, 2021). No entanto isso não significa melhor distribuição de renda já que o país tem o maior número de desempregados com cerca de 14 milhões de brasileiros, o maior número das últimas décadas. Este cenário indica um recorde de desempregados, além indicar uma redução na renda dos brasileiros.

Segundo dados publicados pelo IBGE em 2021 indicou que no Brasil temos cerca de 14,8 milhões de pessoas desocupadas, um crescimento de 3,4%, entre os meses de novembro de 2020 e janeiro de 2021, frente ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (IBGE, 2021).

Agropecuária é uma das responsáveis pelo aumento do PIB no país, no entanto este setor altamente mecanizado, apesar de estar produzindo mais, não oferta empregos no mesmo ritmo que sua produção. No entanto acaba por reforçar a concentração de renda, como afirma José Graziano: “Existe um conflito entre a valorização extrema do setor exportador, de commodities, a distribuição de renda local e o acesso dos trabalhadores a uma boa alimentação. A renda do setor exportador, do agronegócio, é extremamente concentrada. Pagam salários aviltantes aos trabalhadores e ficam com a maior parte dos recursos” (Graziano, 2021, p 01).

Um dos setores que mais empregam no país é o setor de serviços que com o processo pandêmico tem passado por uma intensa crise, devido ao fechamento de muitos estabelecimentos comerciais, e por consequência o fechamento de postos de trabalho.

Há um cenário de exclusão social, concentração de renda, subdesenvolvimento, bem como danos ambientais graves (Dupas, 2007) ou seja, um processo produtivo de base capitalista onde a grande meta é a de aumentar a produtividade, e consequentemente obter sempre mais lucro, expõe um cenário de exploração seja da natureza levando a um cenário de esgotamento ambiental, bem como dos trabalhadores, através de mão de obra barata e por consequência um processo insustentável.

Desta forma um desenvolvimento sustentável, seria capaz de erradicar pobreza seria algo crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Segundo a FAO, alguns fatores tais como conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. (FAO, 1996).

No Brasil o direito a alimentação adequada é uma garantia constitucional, buscando garantir os direitos sociais, para tanto considera a alimentação adequada como condição básica para a promoção da saúde. Nesta perspectiva: “A alimentação adequada é um requisito básico para a promoção e a proteção da saúde, sendo reconhecida como um fator determinante e condicionante da situação de saúde individual e coletiva” (Brasil, 1990).

Segundo o Guia Alimentar do Ministério da Saúde de 2014, apresenta o conceito de alimentação adequada:

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2014, p. 9).

José Graciano (2008) afirma que: “O crescimento econômico é hoje condição indispensável para a redução da pobreza e da fome, especialmente nos chamados Países de Baixa Renda e Déficit Alimentar” (Graziano et. al., 2008, p. 64).

Nesta perspectiva a Rede PENSSAN (2020) aponta que quase a metade da população brasileira esta numa situação de insegurança alimentar. O Inquérito Nacional foi desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) realizado em dezembro de 2020 em 2.180 domicílios em todas as regiões do país. A pesquisa revelou que mais da metade da população brasileira está em insegurança alimentar durante a pandemia, com cerca de 19 milhões de pessoas na forma grave, ou seja, passando fome, um salto de 27% se comparado a 2017 (PENSSAN, 2021).

Segundo dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) publicado em 11 de janeiro de 2021, houve um significativo aumento nos valores das cestas básicas no Brasil no ano de 2020. Foram

pesquisados valores das cestas básicas nas diversas capitais do país, onde a variação dos índices ficou entre 32,89% e 17.76%, e por consequência a diminuição do poder de compra.

Segundo José Graziano, uma das causas da fome no país é agronegócio, onde afirma que: “Mais de 70% da população brasileira apresenta algum grau de insegurança alimentar, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). Mas o crescimento da fome, sobretudo no campo, não se deve à falta de comida, e sim à pujança do agronegócio” (Graziano, 2021, p. 01).

Outro dado a ser considerado para se ter segurança alimentar é o poder aquisitivo dos indivíduos. Segundo dados divulgados pelo IPEA (2020) realizado em julho de 2020, mostra que houve queda de cerca de 13% no poder de compra dos brasileiros, no referido mês (IPEA, 2020).

Temos ainda no país outro agravante a diminuição dos postos de trabalho. Segundo dados do IBGE, o número de brasileiros desempregos é o maior desde 2012, onde cerca de 14,3 milhões de pessoas estão desocupadas até janeiro de 2021 e divulgada em março do mesmo ano (IBGE, 2021).

A globalidade mostra uma desigualdade cada vez maior, com concentração de renda e a intensificação das desigualdades sociais. Assim para Chomsky, a própria concentração de poder político, se dá como causa da desigualdade: “(...) a riqueza se tornou extremamente concentrada, de forma acentuada na faixa do 0,1% da população mais abastada, gerando uma concentração de poder político” (Chomsky, 2017, p. 101).

Dupas não nega a importância da evolução tecnológica, mas questiona a quem serve todo esse processo, a quem beneficia, em suas palavras: “Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (Dupas, 2007, p. 74).

Desta forma Westphal (2006) compreende que é preciso ter responsabilidade para com a vida dos seres humanos, principalmente num cenário de grandes avanços tecnológicos, mas que ao mesmo tempo ameaçam a própria espécie humana, como cita Westphal:

A responsabilidade para com o ser humano e a criação é fundamental para que se tomem decisões respeitadas diante dos avanços tecnológicos, para que estes não se transformem em ameaças à sobrevivência da humanidade. Na visão utilitarista, a ciência obedece à lógica da busca frenética por lucro. Muitas vezes, o objetivo da ciência é satisfazer as exigências do mercado. Não são o bem comum e o ser humano que estão na lista de suas prioridades, mas o lucro (Westphal, 2006, p.100).

Dupas (2007) afirma que o processo de globalização acelerado, no qual se busca o lucro, provoca a exclusão. Assim a globalidade não significa igualdade, a possibilidade de acesso, seja a bem essenciais a sobrevivência e dignidade humana como o alimento, por exemplo, mas a outros bens sejam eles de cunho material, ou social. Como afirma Dupas: “A globalização não amplia os espaços, estreita-os; não assume responsabilidades sociais e ambientais; pelo contrário, acumula problemas, transforma-se em sintoma de sobrecarga” (Dupas, 2007, p. 78).

Ao mesmo tempo Schneider (2011), traz a luz alguns questionamentos, como por exemplo, a que esse processo de desenvolvimento se destina, ou seja, a quem beneficia? O autor cita Alan Thomas (2005), onde segundo Schneider distingue três sentidos interconectados do termo desenvolvimento, no qual destaco o terceiro citado por ele: “(...) como práticas e esforços deliberados que visam à promoção de melhorias, partindo de diversos atores sociais e de agências, incluindo governos, todos os tipos de organizações e movimentos sociais” (Thomas apud Schneider, 2011, p. 183).

Apontando para a relação mercado e políticas públicas Sen, afirma que: “(...) deve-se prestar atenção ao poder político dos grupos que conseguem consideráveis benefícios materiais restringindo o comércio à influência na busca de lucros. Este é um fenômeno muito real no mundo em que vivemos” (Sen, 2010, p.155).

Já para Amartya Sen (2000) aponta o conceito de desenvolvimento enquanto liberdade, ou seja, há uma dicotomia entre a acumulação financeira e a valorização da vida, do aspecto humano. Nas palavras de Sen: “O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam” (Sen, 2000, p. 3). Assim aponta que o desenvolvimento, se dá enquanto liberdade humana, uma liberdade construída e pensada, enquanto autonomia.

Neste sentido Pereira (2016), vem afirmar que para podermos saciar a necessidade de comer, temos que ter condições econômicas para tal, por meios próprios ou pela ação do Estado. O que se percebe comumente é o alimento tratado apenas como mercadoria, cujo contexto econômico predatório privilegia os economicamente abastados. Desta forma, fica evidente que o alimento, é tratado como mercadoria sob os moldes de um capitalismo predatório. E não se garantindo a dignidade humana, ou seja, as condições mínimas para que se tenha uma vida digna, sem dor e sofrimento resultante de fome e doenças a ela associados.

Assim podemos afirmar que o problema fundamental da fome, não está diretamente relacionada a falta de alimentos, mas sim em seu acesso, ou seja na sua disponibilidade. Conforme afirma Machado: “A crise do sistema alimentar atual está enraizada na natureza das crises capitalistas, que para além de uma crise econômica, consiste em crises das relações sociais que fazem parte do processo cíclico do capitalismo” (Pereira et al., 2016, p. 508).

3.2 A Alimentação Saudável: entre o produzir e o consumir

O direito a alimentação na perspectiva da segurança alimentar perpassa pelo processo de produção e consumo. Refletindo os meios de produção principalmente o agrícola, que se baseia na indústria de commodities, o agronegócio, visando à produção em larga escala, o mercado externo, favorecendo quase sempre os grandes latifundiários e que por vezes desconsidera os impactos, ambientais, sociais, éticos e mesmo de saúde pública, produzidos por esta.

Baccarin (2021) aponta que as *commodities* podem explicar parcialmente o aumento de custo dos alimentos no Brasil, onde segundo o Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir da alta internacional dos preços das *commodities* como principal motivo para aumento de preços de alimentação e bebidas no Brasil (Baccarin et al., 2021, p. 05).

No Brasil constatou-se na última década um aumento da área de produção da soja e do milho, enquanto a área destinada a produção de arroz e feijão reduziu. Fato este que pode explicar o aumento do valor da cesta básica do brasileiro. Segundo dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) até os anos 2000, a área de arroz plantada no Brasil era de 3,2 milhões de hectares e a soja ocupava cerca de 13,0 milhões de hectares. Hoje a soja ocupa 36,9 milhões de hectares. Da mesma forma o milho teve um aumento de 146% em sua área de plantio enquanto o feijão apresentou no mesmo período uma redução de cerca de 76,5% da área plantada (CONAB, 2020).

Baccarin (2021) afirma que o problema da inflação dos preços nos alimentos tem origem prevalecente nos mercados agrícolas, que sofrem os efeitos dos preços internacionais e taxas cambiais.

E na contramão desse processo a agricultura familiar que produz a maior parte da alimentação do brasileiro, responsável por cerca de 70% do alimento produzido no país, segundo dados do Censo 2018 (IBGE, 2018), mas pouco valorizado no cenário estatal. O último Censo Agropecuário do IBGE de 2017 e divulgado em 2020, (IBGE, 2020), realizado no país, mostra a redução dos estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar, de 2006 a 2017, registrou uma redução de 9,5%.

Este cenário nos trás uma reflexão acerca dos problemas bem como das perspectivas para uma parcela da população brasileira, os jovens das áreas rurais. Que estão sempre num limite entre manter-se no campo ou migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. No entanto, se ficar no campo que para muitos pode significar encarar uma dura realidade de privações e de falta de perspectivas, migrar para as cidades traz outras sérias consequências, como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência (Campolin, 2005).

Contudo percebe-se que a população rural e mais especificamente os jovens tem sido cada vez mais excluídos, e tornando-se cada vez mais desiguais diante de um processo de globalização. Desta forma Sachs (1995), aponta que não basta ter direitos políticos, para que de fato se alcance o desenvolvimento, conforme cita o autor:

O exercício efetivo de todos os direitos políticos, cívicos, sociais, culturais e econômicos deve ser estendido ao conjunto da população, particularmente àqueles que, no presente momento, deles se acham excluídos. Tais direitos incluem o direito ao desenvolvimento individual e coletivo, assim como, é claro, o direito ao trabalho ou auto-emprego, assegurando assim uma vida decente e digna (Sachs, 1995, p. 47).

O autor afirma ainda que é a partir da inserção produtiva que se pode mudar o cenário da exclusão. Onde ao mesmo tempo as políticas públicas assistenciais são importantes, principalmente onde o índice de desenvolvimento humano baixo, mas que um excluído assistido, ainda sim permanece um excluído (Sachs, 1995) evidenciando a necessidade de rever, repensar, reavaliar, reestruturar e readequar as políticas públicas e a forma como elas chegam a sociedade que delas dependem.

Desta forma Triches afirma que: “Considera-se que as mudanças entre produção e consumo moldam e são moldadas por diferentes modelos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista que podem priorizar tanto a acumulação econômica, quando o bem estar social” (Triches et al., 2015, p. 04).

Além de apontar para o emprego como uma solução para a exclusão Sachs (1995) aponta ainda para uma educação para a cidadania, principalmente para grupos considerados minorias: mulheres, crianças ou minorias culturais. Desta forma podemos afirmar que a escola, teria uma função primordial na conscientização das crianças e jovens, bem como através de políticas públicas efetivas garantir uma participação ativa, nos processos de decisão e gestão, tendo em vista as relações entre instituições e atores envolvidos (Sachs, 1995).

Nas palavras de Gonzáles:

Nesse sentido, a construção de uma abordagem construtivista e antropológica emergiu da necessidade de compreender os mecanismos de assimilação dos projetos de desenvolvimento com uma perspectiva orientada ao ator. Nesta perspectiva, o ator, por meio da sua agência, intervém nos processos de desenvolvimento e não sendo apenas um receptor de políticas públicas (Gonzáles, et al., 2014, p. 104).

A juventude, principalmente a rural através do empoderamento, poderiam tornar-se agentes de transformação, seja através da conscientização, pela educação, culminando na construção de novos meios de produção.

Desta forma Schneider (2011) entende que os atores tem grande poder de influência, como cita abaixo:

Porém, também é possível se argumentar que, através da organização contra-hegemônica articulada em diversos níveis (social, político, econômico) e escalas (do local ao global), bem como da ativação e enraizamento de instituições democráticas, os próprios atores sociais podem estabelecer mecanismos de regulação e controle – tanto do risco da exacerbção do mercado (a ideologia neoliberal) quanto do poder do Estado (o autoritarismo) – capazes de promover processos de mudança social, democratização econômica e transformação estrutural das sociedades (Schneider, 2011, p. 183).

Desta forma o autor afirma que o desenvolvimento no contexto rural se daria a partir de uma perspectiva de contramovimentos, ou seja, os atores precisam agir diante deste capitalismo contemporâneo (Schneider, 2011). Assim a juventude enquanto possibilidade de transformação, nas estruturas sociais, como cita Schneider:

A chave para a compreensão dessa relação dialética entre os atores e as estruturas em uma interação complexa, que está na origem dos processos de desenvolvimento, é a noção de “agência”. As mudanças estruturais são resultado justamente das interações entre os atores sociais. Os atores são socialmente constituídos e, assim sendo, são também agentes da mudança social (Schneider, 2011, p. 2009).

No entanto não se deve compreender o desenvolvimento apenas como resultado de ações de cunho econômico, mas sim como resultado de processos de ações particulares, ou seja, se trata de um projeto político onde os atores participam, não se tratando de uma ação passiva, mas deliberada por estes (Schneider, 2011 apud Ploeg, 2000).

Ao mesmo tempo alguns fatores contribuem de forma direta, para a insegurança alimentar, primeiramente a falta de acesso econômico ao alimento, os alimentos contaminados pelos agrotóxicos e, a própria falta de conhecimento ou conscientização daquele que consome. Neste sentido Sen (2000), aponta para a liberdade enquanto direito de escolha. Assim exercer a liberdade é poder escolher o alimento que se quer comer, ter seu direito garantido, haja vistas a uma constituição federal.

A possibilidade de produzir e de consumir alimentos saudáveis através de uma alimentação agroecológica e acessível, por exemplo. Pois seguindo o conceito de desenvolvimento a partir da liberdade, conforme Sen (2000), na contemporaneidade poucos são aqueles que conseguem exercer sua liberdade e desenvolver-se.

Desenvolver-se sustentavelmente passa pelos meios de produção, sejam eles industriais ou agrícolas, numa perspectiva de futuro, ou seja, que se possa pensar em produzir alimentos sem que haja esgotamento dos recursos naturais.

4. Considerações Finais

Apesar do Brasil, ser considerado um dos grandes produtores agrícolas do mundo, este não está fora do mapa da fome, tendo em vista a desigualdade social, a alta concentração de renda, gerando a falta daquilo que é essencial ao homem o alimento. E mesmo para o que tem acesso nem sempre o alimento, é de fato saudável.

As políticas públicas podem adotar ações que mitiguem os efeitos econômicos provocados pelo mercado externo, influenciando nas taxas de câmbio, incentivando a produção de alimentos que fazem parte da cesta básica do brasileiro, como arroz, feijão hortaliças dentre outros, visando garantir o abastecimento do mercado interno.

Contudo, pensar em desenvolvimento, a partir de métricas padronizadas, não inclui as particularidades, não inclui sonhos, não define o que as pessoas são de fato enquanto humanos, ao contrario desumaniza. Trazendo reflexões acerca das possibilidades de escolha e transformação de cada, por uma vida mais digna e saudável.

Assim através da educação os jovens poderiam atuar como agentes de transformação no meio rural, a partir de processos produtivos que considerem a natureza nosso bem maior, na busca por uma vida sustentável, num contexto global de base capitalista, onde frequentemente a concorrência acirrada, aliada a alta produtividade, cria um ambiente hostil ao produtor rural, e deixa de lado o valor familiar e colaborativo do trabalho, na busca pela igualdade e dignidade daqueles que vivem no campo.

Agradecimentos

Nosso agradecimento a dedicação da Prof^a. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler pesquisadora e defensora dos direitos humanos e da sustentabilidade, que atualmente luta por sua vida.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. E. D. (2012). *O impacto global do aumento do preço dos alimentos e a vulnerabilidade nacional*, Ecodebate.
- Baccarin, J. (2021). *Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças* DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v28i00.8661127>
- Boff, L. (2017). *Sustentabilidade: o que é: o que não é?*. 7. ed. Rio de Janeiro, Vozes.
- Brasil. (1988). Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Casal Civil.
- Brasil. (2006). CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília.

- Brasil. (2006). Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio nas redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2007). Plano Nacional de Segurança Alimentar-PLASAN. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário | MDSA Brasília.
- Brasil. (2009). Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União.
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Brasília.
- Brasil. (2010). Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. ABRANDH. Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN) da Universidade de Brasília (UnB). Brasília.
- Brasil. (2013). Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF.
- Brasil. (1990). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Brasil. (2013). Presidência da República. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Casa Civil.
- Brasil. (2014). Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 158p.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação. Resolução/CD/ FNDE n 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União.
- Brasil. (2006). Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
- Brasil. (2015). Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA). Port. Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015.
- Bueno, L. F. (2019). *Políticas e Programas para a alimentação e nutrição escolar*. Indaial. UNIASSELVI, 2019, 165p.
- Campolin, A. I. (2005). *Educação Rural: Um debate necessário*. ADM - Artigo de divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 87, p.1-3. nov. 2005.
- Chomsky, N. (2017). *Quem manda no mundo?* Trad. Renato Marques. 1. Ed. São Paulo: Planeta, 2017. 400 p.
- Combate Racismo Ambiental. (2021) - Entrevista: *José Graziano, ex-diretor da FAO, aponta papel do agronegócio no agravamento da fome*. Acesso em: jul 2021.
- CONAB. (2020). Companhia Nacional de Abastecimento. Safra 2019/2020. Brasília.
- DIEESE. (2020). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Tomada especial de preços de agosto de 2020.
- Dupas, G. (2007). *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo, UNESP.
- FAO (1996). Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação - Roma.
- FAO (2019). Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food Security and Nutrition in the World. Roma.
- FGV (2021). Fundação Getúlio Vargas - Pandemia provocou queda na renda e aumento da desigualdade trabalhista.
- Gil, J. D. B. & Reidsma, P. & Giller, K. & Todman, L. & Whitmore, A. & Ittersum, M. V. (2019). *Sustainable development goal 2: Improved targets and indicators for agriculture and food security*. *Ambio*. V.48, p.685 – 698. <https://doi.org/10.1007/s13280-018-1101-4>.
- Gonzales, S. R. & Pereira, V. C. & Solgio, F. K. (2014). *A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. Perspectivas Rurales*. P. 101-12. Nueva época, Año 13, N° 25. 2014.
- Graziano, J. & Tavares, L. (2008). *Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios*. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 15(1): 62-75.
- Gregolin, G. C. & Gregolin, M. R. & Triches, R. M. & Zonin, W. J. (2018). *Interface entre Desenvolvimento, sustentabilidade e alimentação: impactos do/no sistema agroalimentar predominante no Brasil*. DOI: 10.5902/2317175834012
- IBGE (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Brasília.
- IBGE (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Brasília.
- IBGE (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Brasília - PNAD.
- IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Brasília.
- IBGE (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Brasília.

- IPEA (2019). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea; N.18 Set/Out, 2019.
- Koche, J. C. (2011). *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 185p.
- Monteiro, C. A. (2005). *Análise do Inquérito "Chamada Nutricional 2005"*. Ministério da Saúde. 2005. Brasília.
- Moraes, R. F. (2019). *Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória*. IPEA. Brasília, setembro de 2019.
- ONU (1984). Organização das Nações Unidas. *Declaração sobre o direito de desenvolvimento*. Nova York.
- Paiva, J. B. & Freitas, M. C. S. & Santos, L. A. (2016). *Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Ciências e Saúde Coletiva. V. 21, (8), p. 2507-2516. DOI: 10.1590/1413-81232015218.07562015.
- Pansieri, F. (2016). *A Crítica de Amartya Sen à Concepção Rawlsiana de Justiça*. Sequência (Florianópolis) [online]. 2016, n.74, pp.181-206. ISSN 2177-7055. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2016v37n74p181>.
- Pereira, A.S. & Shitsuka, D. M. & Parreira, F. J. & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da Pesquisa Científica*. 1ª Ed. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Rio Grande do Sul. 119p.
- Pereira, M. P. & Oliveira, N. R. & Mendes, A. N. (2016). *O indigesto sistema do alimento mercadoria. Saúde soc.* [online]. 2016, vol.25, n.2, pp.505-515. ISSN 1984-0470. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>
- Pietruszynski, E. B. (2010). *Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta*. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 13, n. 2, p. 223-229, maio/ago. 2010.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- REDE PENSSAN (2021). Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN: *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.
- Rodrigues, L. P. F. & Roncada, M. J. (2008). *Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas*. Com. Ciências Saúde. 19(4):315-322
- Rosendo, D. & Kuhnen, T. A. (2019). *Direito à Alimentação: direito, consumo, política e ética no Brasil*. Novos Estudos Jurídicos. UNIVALI. Doi: 10.14210/nej.v24n2.p562-588.
- Sachs, I. (1995). *Em busca de novas estratégias de desenvolvimento*. Estudos Avançados. 9 (25).
- Schneider, S. & Escher, F. (2011). *A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural*. Sociologias [online]. 2011, vol.13, n.27, pp.180-219. ISSN 1517-4522. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200008>
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- Sen, A. (2011). *A Ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, E. O. & Santos, L. A. & Soares, M. D. & (2018). *Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação*. Caderno de Saúde Pública. V 34(4), p. 1-13.
- Soares, A. C. F. & Lazzari, A. C. M. & Ferdinandí, M. N. (2009). *Análise da importância dos conteúdos da disciplina de Educação Nutricional no ensino fundamental segundo professores de escolas públicas e privadas da cidade de Maringá – Paraná*. Revista Saúde e Pesquisa, Maringá, v. 2, n. 2, p. 179-184, mai./ago. 2009.
- Triches, R. M. & Schneider, S. (2015). *Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural*. cuad. desarro. rural, Bogotá (colombia) 12 (75) Y enero – junio 2015. doi:10.11144/Javeriana.cdr12-75.
- Volpato, G. (2019). *Ciência da Filosofia à Publicação*. 7ª Ed. Best Writing. Botucatu. 312p.
- Volpato, G. (2007). *Bases Teóricas para Redação Científica*. Cultura Acadêmica. São Paulo. 125p.
- Westphal, E. R. (2006). *Bioética*. São Leopoldo. Sinodal.